

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Lara Cyreno de Carvalho Lima

Pleito quilombola e conflito territorial em Minas Gerais:
O “caso” do Boqueirão *versus* PCH Mucuri

Belo Horizonte
2009

LARA CYRENO

Pleito quilombola e conflito territorial em Minas Gerais:

O “caso” do Boqueirão *versus* PCH Mucuri

1 vol.

Dissertação a apresentar ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Profa. Dra. Léa Freitas Perez

Belo Horizonte
2009



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Sociologia
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha
31.270-901 - Belo Horizonte - MG

**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
LARA CYRENO DE CARVALHO LIMA**

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro de 2009 (dois mil e nove) reuniu-se a Banca Examinadora da Dissertação do Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Sociologia intitulada *“Pleito quilombola e conflito territorial em Minas Gerais: O “caso” do Boqueirão versus PCH Mucuri”*, composta pelos professores doutores Roberto Mauro Cortez Motta – UEPB, Alexandre Antônio Cardoso - SOA-UFMG e Léa Freitas Perez (orientadora/SOA-UFMG). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da dissertação. Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2009.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Mauro Cortez Motta

Prof. Dr. Alexandre Antônio Cardoso

Prof. Dr. Léa Freitas Perez

*Obs: a banca recomenda
uma ampla revisão
do português antes da
entrega à secretaria.*

Lara Cyreno de Carvalho Lima

Pleito quilombola e conflito territorial em Minas Gerais: O “caso” do Boqueirão versus PCH Mucuri

ORIENTADOR: Profa. Léa Freitas Perez

Dissertação a apresentar ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada por:

Léa Freitas Peres, Dra., PPGS/FAFICH/UFMG

Alexandre Antonio Cardoso, Dr., PPGS/FAFICH/UFMG

Roberto Mauro Cortez Motta, Dr., MDR/UEPB

Aos quilombolas do Boqueirão
Para Geraldina Esteves (*in memo*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Léa Freitas Perez por dedicar-se intensamente no processo de orientação e por me proporcionar momentos de tanta alegria!

Aos queridos professores Jorge Alexandre Barbosa Neves e Danielle Cireno Frenandes que no compartilhar desses anos em Belo Horizonte acreditaram e incentivaram todos os dias os meus projetos acadêmicos e pessoais.

À professora Deborah Lima por me introduzir ao campo e pela orientação teórica. A todos os amigos do NUQ onde pude dividir saberes tão importantes para o desenvolver desta pesquisa, em especial a Carlos Eduardo Marques pela troca de ideia e à companhia no trabalho de campo. Ao amigo e músico Jam da Silva pelas longas conversas sobre a questão negra à luz de sua experiência enquanto um negro no Brasil.

Aos eternos amigos de Belo Horizonte que estiveram junto a mim nessa caminhada, em especial Ana Tereza, Rosana, Luciana, Talita, Marcelo, Marcos Assis, Marcos Martins e Rafael, e aqueles amigos “arretados” que deixei com lágrimas e saudade no Recife.

Aos muitos irmãos que tenho, Bruna Cyreno, Guilherme Cyreno, Flávia Guerra, Renato Guerra, Juliana Manzoni, Guilherme Manzoni e Thales Matias.

À Valéria que me ensinou a cair, a levantar e a amar. Ao meu pai Jorge, que na infância segurou minha mão e juntos desbravamos lugares incríveis onde pude estabelecer meu primeiro contato com o *outro*. Agradeço-lhes, ainda, por terem me ensinado a sonhar este sonho que acabo de realizar. A Fred, que mesmo chegando tardiamente aos meus braços, me encheu de carinho.

Por fim, agradeço aos membros da banca, os professores Alexandre Cardoso e Roberto Motta, pela leitura do texto.

Obrigada Otávio por adoçar a minha vida.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central trazer contribuições aos estudos sobre a temática quilombola considerando que os quilombolas surgem como sujeitos políticos etnicamente marcados, fazendo parte do cenário de conflitos fundiários. Resguardados pela deram início a busca pela garantia de suas terras junto ao Estado brasileiro em uma mobilização politicamente organizada. A partir da vivência em campo na comunidade quilombola de Marques, Minas Gerais, o que observou-se como o grupo se posiciona frente ao impacto gerado pelo projeto de construção de um Pequena Central Hidrelétrica. Diante dessas circunstâncias, algumas das famílias da comunidade de Marques motivaram-se coletivamente, dando início ao pleito territorial, ao manifestar em público sua identidade quilombola, o que gerou conflitos internos e externos no grupo.

Palavras-chave: Pleito quilombola, conflito territorial, Minas Gerais

ABSTRACT

This work has as central objective to bring contributions to the studies over the Quilombola theme, considering that the Quilombolas present themselves as political subjects ethnically marked, taking part in the scenario of territorial conflicts. Supported by the law, they started out on the search for the guarantee over their lands within the Marques Quilombola community, it was observed how the group stands in the face of the impact generated by the project of construction of a small Hydroelectrical Central. In front of these circumstances, some of the families of the Marques community motivated themselves collectively, starting out a territorial claiming, as they publically stated their Quilombola identity, which raised both internal e external conflicts around the group.

Keywords: Quilombola claiming, territorial conflict, Minas Gerais

SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ADA – Área Diretamente Afetada
ADCT – Atos Dispositivos Constitucionais Transitórios
AE – Área de Entorno
AI – Área de Influência
APP – Área de Preservação Permanente
AQM – Associação Quilombola de Marques
AST – Associação Santa Teresinha
CEDEFES – Centro de Documentação Eloi Ferreira da Silva
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CMP – Casa dos Movimentos Populares
CONAQ – Coordenação Nacional das Associações Quilombolas
CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar
COPAM – Conselho de Política Ambiental
CPT – Comissão da Pastoral da Terra
EIA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental
EMATER – Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FCP – Fundação Cultural Palmares
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Minas Gerais
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Nordeste de Minas Gerais
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LI – Licença de Instalação
LP – Licença Prévia
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MNU – Movimento Negro Unificado
MP – Ministério Público
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil
NUQ – Núcleo de Estudos em Populações Quilombolas e Tradicionais

PCA – Plano de Controle Ambiental

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

RTID – Relatório Técnico de identificação e Delimitação

SEMAD – Secretaria Estadual de Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUPRAM – Superintendências Regionais de Minas Gerais

TAC – Termo de Adequação de Conduta

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Parte I: Das questões conceituais	
1. Do quilombo histórico ao quilombo ressemantizado.....	20
2. Da descoberta da identidade étnica frente à outras identidades sociais.....	36
Parte II: Dos Marques	
1. Do trabalho de campo.....	45
2. Das condições de vida.....	49
3. Da ocupação de São Julião e da chegada dos Marques.....	54
4. Da terra e dos vizinhos.....	60
Parte III: O “caso”	
1. Das relações desiguais e do pleito quilombola.....	75
2. Considerações finais.....	96
Referências bibliográficas.....	100
Anexos	
1. Fotos.....	106

Introdução

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa de campo realizada em 2008, na comunidade quilombola de Marques, em Minas Gerais. A região de São Julião, na qual Marques se encontra, corresponde a uma área em torno do córrego São Julião, no médio Vale do Mucuri. Esse córrego se localiza no diviso noroeste do município de Carlos Chagas com o município de Teófilo Otoni. Minha chegada a esse território não foi aleatória, ao contrário, foi fruto tanto de minha vontade de estudar o campesinato negro articulado em torno da identidade quilombola quanto da oportunidade de participar do Relatório Antropológico de Caracterização Histórica Econômica e Sócio-Cultural.¹

Os critérios do recorte da pesquisa foram eleitos anteriormente ao trabalho de campo. Busquei orientá-los partindo de uma revisão da literatura sobre conflitos sociais que envolvem comunidades de remanescentes de quilombos, assim como a partir das discussões do NUQ.

O recorte que me orientou na realização da pesquisa foi dirigido por duas premissas: (a) a de que os Marques estariam vivenciando um conflito fundiário, (b) a de que haveria um diálogo entre esse grupo, os movimentos sociais e os demais órgãos envolvidos com o conflito em questão. O ajuste desses critérios me proporcionou possibilidades analíticas como, por exemplo, acerca de como o título de “remanescentes de comunidade de quilombo” foi acionado em uma situação de conflito por uma comunidade campesina.

Ainda em Belo Horizonte, durante o planejamento da viagem a campo, a notícia que chegou era de que a comunidade de Marques vinha passando por momentos de muita tensão. O motivo para essa situação é justificado pelo fato de que desde 2004, através do Projeto Quilombos Gerais do CEDEFES, os moradores do Boqueirão, localidade no quilombo de Marques, tinham tomado conhecimento da construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) em seu território.

Embora o projeto da PCH Mucuri tivesse sido aprovado em 2002, a informação sobre a área atingida chegou aos moradores apenas dois anos depois. Em 2007, amparados por

¹ Foi a convite do INCRA que o Núcleo de Estudos em Populações Quilombolas e Tradicionais – NUQ iniciou o trabalho de campo com uma equipe de pesquisadores, da qual fiz parte, sob a coordenação da professora Deborah Magalhães Lima. O Relatório Antropológico de Caracterização é um instrumento central no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que regulamenta as ações atribuídas ao INCRA para realizar a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a desintrusão, a titulação e o registro imobiliário das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, e a Instrução normativa nº. 20, de setembro de 2005, do INCRA.

instituições ligadas aos direitos quilombolas e à temática da terra, os moradores do Boqueirão decidiram exigir a garantia de seus direitos, caminhando em direção ao pleito quilombola.

A chegada a Marques foi de fato marcada por uma atmosfera de tensão entre os moradores. O quadro de diferentes reações locais e regionais à instalação da PCH Mucuri e à manifestação pública da identidade quilombola se apresentou como um contexto frutífero para o recorte escolhido. Partindo daquelas circunstâncias, em que havia a presença de diversos atores sociais envolvidos, dividindo-se em posicionamentos a favor ou não da construção da PCH Mucuri e à questão quilombola, pude iniciar a análise da constituição da identidade quilombola dos Marques.

Das reações locais, na comunidade de Marques, foram constituídos alinhamentos políticos quanto à instalação da pequena central hidrelétrica e ao pleito quilombola. Os moradores do Sítio Pedra Azul, localizado no Boqueirão – em Marques I ² –, deram início ao pleito territorial, tendo em vista o impacto causado pela área de proteção do espelho d'água da barragem em suas terras, em especial na roça coletiva. Os moradores do Pé-da-Pedra e Marques II vivem em terras não atingidas pelo empreendimento, e são contrários ao pleito. Segundo os moradores do Pé-da-Pedra e Marques II, alguns fatores foram determinantes para a posição contrária ao pleito: (1) o conflito com seus vizinhos (fazendeiros) extremantes devido à negociação de compra dessas terras pelo INCRA, (2) o fato de não acharem justo o pedido das terras já vendidas pelos seus antepassados e (3) de não se auto-reconhecerem como quilombolas.

Externos ao grupo, estão o empreendimento da construtora Queiroz Galvão e fazendeiros que ocupam terras, e nelas vivem, as quais fazem divisa com a comunidade de Marques. Parte das terras que pertencem aos fazendeiros entrou na demarcação do território reivindicado, provocando uma reação contrária ao pleito quilombola. Segundo os moradores da região, um dos fatores decisivos para a reação contrária de alguns fazendeiros diz respeito ao tipo de negociação que estariam sujeitos na venda de suas terras.

Segundo os relatos, a negociação da venda das terras com a empreendedora levaria menos tempo e teria a possibilidade de um preço mais alto. Durante o tempo que estive entre eles foi possível observar que a lógica da expansão de terras e da transformação do *lugar* está mais

² Com a chegada da rede elétrica na comunidade, a CEMIG estabeleceu duas redes de distribuição para atender os dois principais agrupamentos, criando as denominações Marques I e Marques II. Para os de fora essas denominações foram adotadas, no entanto, os moradores não as internalizaram, continuando a usar os nomes antigos, relacionados à geografia do lugar. Marques I é formado por dois núcleos de povoamento, chamados de Boqueirão e Pé-da-Pedra, já Marques II, apenas por um núcleo, conhecido entre os moradores da comunidade de Marques como “os lá de dentro”. Tal denominação foi dada em razão de Marques II se localizar geograficamente atrás de um grande lajedo que faz fronteira com Marques I. Atravessam a comunidade dois córregos com o mesmo nome – Córrego Palmeirinha, por isso os Marques são também conhecidos na região como os Marques do Palmeirinha.

presente no universo dos contrários à questão quilombola.³ Sendo assim, a transformação do território a partir do projeto da obra tem diferentes repercussões e provoca diferentes efeitos entre os atores sociais envolvidos no conflito.

O trabalho de campo concentrou-se na comunidade quilombola de Marques, na qual fiquei hospedada, além dos municípios de Carlos Chagas e de Teófilo Otoni, onde realizei entrevistas com líderes de movimentos sociais e órgãos ligados à terra. Foram duas viagens a campo, com o intervalo de um mês entre a primeira (fevereiro de 2008) e a segunda (abril de 2008). Durante o convívio pude participar das discussões relativas ao conflito e também do cotidiano dos quilombolas.

A observação participante foi o método utilizado no trabalho de campo, pois, além de trazer maior proximidade para com o grupo, proporcionou também um melhor entendimento de seus discursos sobre o processo ocorrido.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com o objetivo de acessar a tradição oral e a memória dos membros da coletividade. Idosos e lideranças foram priorizados, os primeiros com a finalidade de resgatar alguns aspectos da trajetória dos Marques naquele contexto social, bem como no processo de reivindicação de uma identidade quilombola e as lideranças, – locais e externas (líderes de movimentos sociais) –, pelo seu papel de mediadores. Procurei focalizar, durante as conversas e as entrevistas, os aspectos que eles consideravam mais relevantes sobre o conflito e, como em uma situação de confronto, o título de “remanescentes de comunidades de quilombos” foi acionado.

As entrevistas geraram informações de como o processo ocorreu, em vez de trazer somente a frequência de certas situações ou fenômenos. Algumas reuniões de consulta e de discussão foram também realizadas, nas quais os moradores puderam debater a respeito do processo de reconhecimento do território, buscando assim fortalecer a participação ativa no movimento quilombola.

O desafio metodológico foi saber escolher, dentre os diferentes modos de se fazer etnografia, um que pudesse ser considerado coerente para a pesquisa⁴. Destaco, igualmente, que,

³ Augé (1994) define *lugar* como um criador de identidade que carrega em si o lugar do nascimento, da intimidade com o lar, demarcando de modo preciso as fronteiras entre o eu e o outro, e em oposição a ele, os não-lugares como uma nova configuração social, caracterizando uma época definida pelo excesso de fatos, pela superabundância espacial e pela individualização.

⁴ A vantagem do trabalho de campo e da observação participante, desde Malinowski, é propiciar a construção de uma “teoria etnográfica”. A etnografia conferiu a possibilidade de deixar os atores falarem, com a finalidade de articular diversos discursos e práticas, conferindo, a princípio, valor equânime seja a uns seja a outros (Goldman, 2004).

somente em campo, pude observar e registrar uma série de discursos criados *em e para* contextos particulares (essenciais para a análise da construção da identidade quilombola).

Para o procedimento teórico de análise, segui aquele que toma a cultura como um sistema de significados produzidos e interpretados socialmente, tal como proposto, entre outros, por Geertz (1989).

Nesse sentido, ter proporcionado aos Marques e aos outros atores entrevistados a liberdade de se remeterem ao tema da pesquisa como bem quisessem revelou os aspectos mais subjetivos – material essencial para a análise – de suas relações sociais. Vale ressaltar que o próprio conceito de *quilombo* usado neste estudo reporta-se à noção de etnicidade – que pressupõe relação com a alteridade – e, se o fator étnico está associado à interação de diferentes grupos, então, no quilombo de Marques há um processo de construção identitária relacionado a esse quadro social de interações múltiplas.

Procurei observar o sentido que o grupo deu ao contexto de conflito no qual está imerso, e como a sociedade envolvente (atores externos) se colocam em relação a ele. A tarefa consistiu em compreender como se engendra o processo de construção da identidade política, analisando o que há nas entrelinhas do discurso dos diversos atores envolvidos. Foi partindo dessas particularidades provenientes das relações sociais que tentei descrever como nasceu e se expressou a identidade quilombola em Marques. Através da análise dos contextos de interação entre o grupo e os demais agentes sociais foi possível observar o “passo a passo” do surgimento da questão da identidade quilombola.

O principal objetivo desta dissertação é dar contribuições aos estudos sobre as comunidades quilombolas à luz de um estudo de caso na comunidade de Marques. Sendo assim, são utilizadas teorias histórico-sociológicas que tratam da gênese desses grupos, e as teorias antropológicas da etnicidade que apontam atributos de interações sociais determinadas por conflitos marcados na produção de identidades.

Esta dissertação é composta de três partes. A primeira parte ressalta a relevância dos estudos de quilombos relacionados às chamadas populações tradicionais, contextualizando este campo de estudo, com vistas a contribuir de algum modo com a discussão da temática quilombola no contexto brasileiro. Nela dedica-se à revisão histórica e sociológica da trajetória do conceito de *quilombo* no Brasil. A revisão bibliográfica do modelo histórico, e, mais importante, a do modelo sociológico são a base para analisar de que modo se formou o atual discurso político-identitário quilombola em Marques. Por fim, traz uma análise interpretativa do uso dos termos correlatos ao

conceito de quilombo, quais sejam: *terras de uso comum*, *remanescentes* e *etnicidade*. Tais noções, ressemantizadas, fortalecem o discurso quilombola. O argumento do discurso quilombola tem também como fim ultrapassar a ideia do pleito territorial, ao estabelecer uma luta por cidadania a partir da declaração de uma identidade política diferenciada.

A segunda parte traz a exposição geral da comunidade quilombola de Marques enquanto organização social e política, em paralelo com informações históricas sobre o contexto de ocupação e de constituição de comunidades campesinas na região de São Julião, do Vale Mucuri, especialmente no médio Vale do Mucuri e na região circunvizinha do território quilombola. As informações históricas foram obtidas de entrevistas *in loco* e de conversas com os representantes de movimentos sociais da região. Também apresenta algumas categorias fundiárias locais, e os tipos de propriedades rurais presentes naquele contexto. Tais categorias são essenciais na análise das relações de classe e de vizinhança da estrutura social rural, assim como na análise dos desdobramentos surgidos após o conflito com a PCH Mucuri.

A terceira parte aborda o conflito entre a comunidade de Marques e a PCH Mucuri, apontando o papel dos diversos atores sociais envolvidos com a questão, principalmente as instituições mediadoras e os movimentos sociais. Tomando como referência o conflito, foi possível observar de que modo os Marques, e diante de um confronto direto, reivindicaram publicamente, e por meio de mobilização política, a identidade quilombola. Buscou-se compreender, a partir da revisão bibliográfica, as questões que atravessam a dimensão da territorialidade, juntamente com a noção de identidade étnica. Essas abordagens auxiliaram na interpretação de como o grupo, em um contexto de relações de poder e em situação de ameaça à reprodução de suas práticas culturais, usou a metáfora do quilombo, atribuindo-lhe significado e valor estratégico.

O caso de Marques é um exemplo de como um coletivo utilizou politicamente sua distinção com vistas à reivindicações territoriais. Ao surgir o conflito, o dado étnico funcionou como um componente que garantiu a titulação definitiva de suas terras ocupadas por muitas gerações. Trata-se do que Oliveira (1998) definiu como “processos de territorialização” surgidos em “contextos de conflitos fundiários”, nos quais a defesa do território se transforma em um fator de união para o grupo frente às pressões externas (outros grupos ou governo da sociedade envolvente) que às vezes lhes impõem outras formas territoriais.

Este trabalho mostra, enfim, como a identidade de um grupo tal como Marques não pode ser compreendida como algo já estabelecido, ao contrário, deve ser percebida como um

fenômeno processual que emerge de e em interações específicas e, nessa dinâmica, se constitui e se configura.